

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-952-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.520221802>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Ao olhar ingênuo a aproximação entre história e política pode parecer tácita, uma vez que é comum dizermos “história política” de um país, por exemplo, todavia não o é. Ao longo do tempo existiram momentos de aproximação, em busca de explicações e apoio, mas também períodos de estranhamento. Alguns pensadores chegaram mesmo a referendar, a partir da História das Ideias, que o pensamento político compunha um mundo à parte, no qual os filósofos debateriam entre si, mesmo distantes no tempo e no espaço.

A distinção entre história, como disciplina e método, e histórico, como característica de processos e práticas que acontecem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar extensão da articulação entre história e política. Para além da separação proposta por Weber entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, forjou-se um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política como, por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e sequência.

Nos últimos tempos observamos, no Brasil, a aproximação entre História e Política têm recebido uma expressiva revitalização. Observamos, e a obra que temos em mãos é um bom exemplo, um diálogo interdisciplinar mais amplo nos trabalhos específicos da área.

A necessidade deste diálogo para a formação dos pesquisadores das duas áreas e, porque não, para o público em geral, é importante para a compreensão da realidade que nos circunda. Não podemos esquecer que toda a ação política ocorre em um espaço de experiências, construindo e interferindo nas memórias, nas formas de pensar, nas instituições que constituem as comunidades.







Como nos ensinou Hannah Arendt, a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, ainda maior para a sociedade, sendo, portanto, uma das funções da política garantir a vida dos indivíduos. Como necessidade dos indivíduos, a política interfere na existência e na convivência, cabendo a história elucidar como instituições, partidos, processos eleitorais, já que a nossa democracia é representativa, foram pensados e tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço.








Assim, é de suma importância que a relação dialogal entre a História e a Política sejam mantidas e aprimoradas de forma prospectiva para a melhor compreensão da sociedade sobre ela mesma, para o entendimento das transformações sócio-históricas, das formas de pensamento.


Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)	
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021	
CAPÍTULO 2	11
A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS-MODERNA	
Felipe Dias Ramos Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022	
CAPÍTULO 3	25
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)	
Roberto Jorge Chaves Araújo Jean Carlo de Carvalho Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023	
CAPÍTULO 4	46
A CONCEPÇÃO DA DOCTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)	
Nabio Vanutt da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024	
CAPÍTULO 5	56
A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)	
Jorge Arbage	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025	
CAPÍTULO 6	67
ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Fabiano Brito Dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026	
CAPÍTULO 7	80
CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF	
Carlos Velázquez Alessandra C. Alcântara	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027	


CAPÍTULO 8	93
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Paulo Sérgio da Silva Ana Paula da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028	
CAPÍTULO 9	104
ECOS DE MEMÓRIA DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA	
Tânia Regina da Rocha Unglaub Cleia Demétrio Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029	
CAPÍTULO 10	117
HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL	
Ana Maria Cardachevski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210	
CAPÍTULO 11	134
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211	
CAPÍTULO 12	147
MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988	
Flávia David Vieira Edvania Gomes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212	
CAPÍTULO 13	167
NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS	
Arthur Henrique Lux Lobo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213	
CAPÍTULO 14	182
O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI	
Bianca Coradin Benedeti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214	
CAPÍTULO 15	189
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)	
Juliana Martins Alves	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180215>

CAPÍTULO 16.....201

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO
ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Rodrigo Davi Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180216>


CAPÍTULO 17.....212

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU
POLÍTICAS DE GOVERNO?

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180217>


CAPÍTULO 18.....226

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS:
OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA
GUERRA CEDOC/UFSJ

Berilo Luigi Deiró Nosella

Fabiana Siqueira Fontana

Isabela Francisconi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180218>

CAPÍTULO 19.....234

TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA E VIDA


Raul Claudio Lima Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180219>

CAPÍTULO 20.....247

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
TOMBAMENTO

Priscila Angelo Tarabossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180220>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....259

ÍNDICE REMISSIVO.....260

CAPÍTULO 16

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELECTUAIS

Data de aceite: 01/02/2022

Rodrigo Davi Almeida

Professor Associado II da área de História Moderna e Contemporânea. Pós-doutor em História Contemporânea pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris/France. Bolsista CAPES. Estágio Supervisionado por Michael Löwy (CNRS/EHESS/Paris) Universidade Federal de Mato Grosso – Departamento de História Cuiabá/MT
<http://lattes.cnpq.br/9524251326442540>

RESUMO: O objetivo é definir os conceitos de intelectuais e as suas funções sociais de acordo com os pensamentos políticos de Michel Foucault e de Norberto Bobbio, procurando estabelecer as possíveis relações, aproximações e distanciamentos entre eles. O filósofo francês diferencia os “intelectuais universais”, que têm a pretensão de formar e despertar a consciência das massas e que se engajam nas suas mais variadas lutas sociais e políticas e os “intelectuais específicos”, que, sem essa pretensão, objetivam, no entanto, lutar contra as formas de poder exatamente onde o próprio intelectual é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento, tanto na ordem do saber, da verdade, da consciência e do próprio discurso. Por sua vez, o filósofo político italiano elabora a distinção entre “ideólogos”, isto é, os intelectuais que têm o papel de realizar o consenso entre ideias divergentes, aqueles que oferecem guias de ação, princípios-guia, valores, ideais ou mesmo concepções de mundo, e os

“expertos”, a saber, os intelectuais que fornecem conhecimentos técnicos úteis ao poder ou às instituições políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault, Norberto Bobbio, Pensamentos políticos, Intelectuais, Social Function.

THE POLITICAL THOUGHTS OF MICHEL FOUCAULT AND NORBERTO BOBBIO ABOUT THE SOCIAL FUNCTION OF INTELLECTUALS

ABSTRACT: The main objective is to define conceptions of intellectuals and their social functions according to the political thoughts of Michel Foucault and Norberto Bobbio, seeking to establish the possible relations, approximations and gaps between them. The French philosopher distinguishes the “universal intellectuals” which have the objective of forming and awaking the mass consciousness, engaging in your most varied social and political struggles, and the “specific intellectuals” that, without the same intention, aspire however fighting against the forms of power, exactly where the intellectual itself is, at the same time, the object and instrument, as in the order of knowledge, of truth, of consciousness, as the speech itself. On his turn, the Italian political philosopher elaborates the distinction between “ideologists”, that is, the intellectuals that have the function of achieving consensus amongst different ideas, those who offer guides of action, guiding principles, values, ideals, or even conceptions of world, and the “experts”, namely, the intellectuals that provides technical knowledges useful to power or the

political institutions.

KEYWORDS: Michel Foucault, Norberto Bobbio, Political thoughts, Intellectuals, Social Function.

1 | INTRODUÇÃO

Na história do pensamento ocidental, a problemática acerca dos intelectuais ocupa importante espaço nos intensos debates sociais, políticos, culturais e ideológicos promovidos na própria academia, mas também realizados fora dela, na “ágora”. Historiadores, cientistas políticos, mas sobretudo filósofos e sociólogos são os que têm mais se dedicado, a partir de abordagens teórico-metodológicas e políticas distintas, estabelecer as possíveis relações entre os intelectuais e a sociedade.

Nessa esteira, dispomos de um amplo arco de definições e de caracterizações dos intelectuais – “*clerics*” (Benda), “intelectuais livremente flutuantes” (Mannheim), “intelectuais orgânicos e tradicionais” (Gramsci), “técnicos do saber prático e intelectuais” (Sartre), “intelectuais universais e específicos” (Foucault), “ideólogos e expertos” (Bobbio), “legisladores e intérpretes” (Baumann), “*outsiders*” (Said) – que nos permite a realização de um profícuo debate e uma necessária reflexão sobre as suas origens, seus modos de constituição e as suas funções sociais. No entanto, para efeito deste trabalho, escolhemos somente dois filósofos cujos pensamentos políticos, indubitavelmente, podem contribuir para o início de uma importante discussão sobre o que e quem são e o que fazem os intelectuais na sociedade: Michel Foucault, que questiona a autonomia dos intelectuais face aos (micro)poderes estabelecidos e Norberto Bobbio, um dos principais estudiosos do estudo do tema.

2 | OS “INTELECTUAIS UNIVERSAIS” E OS “INTELECTUAIS ESPECÍFICOS” DE ACORDO COM MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês cujo pensamento influenciou movimentos de renovação em várias áreas do conhecimento, desenvolveu sua filosofia e sua concepção de intelectual no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Dedicou-se à análise de situações, condições e instituições de privação da liberdade como os presídios e os hospitais psiquiátricos. No entanto, o escopo deste trabalho consiste em apresentar a discussão que Foucault empreende acerca dos intelectuais.

Diferenciando “intelectuais universais” e “intelectuais específicos”, ele se posicionou em defesa dos intelectuais específicos. O intelectual específico não tem, necessariamente, uma ligação orgânica com uma classe social, portanto, não está vinculado aos seus interesses e não precisa assumir compromissos alheios ao seu campo de pesquisa e atuação. Esse intelectual não tem a preocupação de “formar consciências” pois acredita que

as massas já têm consciência de sua condição. Os intelectuais não devem, arrogantemente, dar conselhos ou dizer o que deve ser feito a elas, mas pode contribuir para que as massas possam mudar os regimes de verdade¹ das sociedades.

Foucault (1986) considerou que o tempo dos intelectuais universais, que opinavam e se engajavam o tempo todo sobre os mais variados temas e problemas, que assinavam manifestos e petições, e que se consideravam os porta-vozes das aspirações dos grupos dominados, já havia passado. Jean-Paul Sartre (1905-1980) teria sido o último exemplo de intelectual universal ao qual Foucault se contrapôs, tanto no campo teórico como no campo da ação política.

O “intelectual universal” derivou de uma figura histórica bem particular: “o homem da justiça, o homem da lei, aquele que opõe a universalidade da justiça e a equidade de uma lei ideal ao poder, ao despotismo, ao abuso, à arrogância da riqueza” (FOUCAULT, 1986, p.10). Na perspectiva foucaultiana, o intelectual universal concebe a prática como aplicação da teoria ou como algo que deveria inspirar a teoria, ou seja, a relação entre teoria e prática teria um sentido de totalização. Este tipo de intelectual perdeu gradativamente seu espaço de atuação para um novo tipo de intelectual, por ele denominado como “intelectual específico”, ou ainda, o “novo intelectual”.

Wolff (2006) esclarece este processo:

Assim à vaidade dessa pretensão totalizante à *la* Sartre, Foucault opõe a modéstia do “intelectual específico” que não se engaja “em todas as direções”, mas somente no domínio que é o seu, que fala a partir do lugar que ocupa e não em lugar dos outros, e que aproveita sua situação de especialista para extrair informação da instituição na qual se encontra, apoiando-se na experiência de todos. Segundo Foucault, essa nova figura é a de “um intelectual que não trabalha mais no ‘universal’, no ‘exemplar’, no ‘justo-e-verdadeiro-para-todos’, mas em setores determinados, em pontos precisos e situados, seja por condições profissionais, seja por condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares)”. É preciso engajar-se, mostra Foucault contra Sartre, no domínio do que é seu (...) (FOUCAULT *apud* WOLFF, 2006, pp. 62-63, grifos do autor).

Como e quando surgiu esse novo intelectual? Quais seriam as atribuições e os riscos do intelectual específico? Por que os intelectuais específicos ganharam força no meio acadêmico contemporâneo? Pensemos essas questões à luz do texto de Foucault (1986), no qual ele afirma que o intelectual específico se desenvolveu no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial e que o físico Oppenheimer² pode ser considerado como o articulador entre o “intelectual universal” e o “intelectual específico”. Em que medida este físico fez isso?

Ao mesmo tempo em que Oppenheimer tinha uma relação local com uma determinada

1 Na obra de Foucault, o conceito de regime de verdade é muito importante e refere-se, sinteticamente, ao tipo de discurso que uma sociedade acolhe e aplica como verdadeiro (FOUCAULT, 1986, pp. 12-13).

2 O físico Julius Robert Oppenheimer nasceu em Nova Iorque em 22 de abril de 1904 e faleceu em Princeton, em 18 de fevereiro de 1967. De origem judaica, militou contra o nazifascismo. Foi dirigente do Projeto Manhattan cujo objetivo era o desenvolvimento da energia nuclear para fins militares.

instituição e com um saber científico específico, ele também tinha um discurso que tratava de um tema que dizia respeito a todo o gênero humano, portanto, um problema universal, qual seja, a ameaça atômica. Sob esse aspecto, tornou-se um intelectual específico, na concepção de Foucault. Portanto, se o intelectual universal foi uma figura derivada do jurista-notável, o intelectual específico deriva do cientista-perito: “(...) a biologia e a física foram, de maneira privilegiada, as zonas de formação deste novo personagem, o intelectual específico” (FOUCAULT, 1986, p.11).

Muito embora Foucault e Sartre tivessem inúmeras divergências, inclusive em suas concepções acerca do intelectual, encontramos entre eles uma aproximação no que tange ao papel dos intelectuais na sociedade. De acordo com Sartre (1994), um físico que faz uma pesquisa atômica é apenas um físico (um técnico do saber prático), porém, um físico que questiona o uso da energia atômica para fins militares torna-se um intelectual, pois, transcendeu seu universo particular de pesquisa laboratorial em favor de uma discussão de teor universal que concerne à preservação das mais variadas formas de vida existentes no planeta.

Para Foucault (1986), Oppenheimer pode ser considerado o primeiro intelectual específico, pois, refletiu sobre uma questão de amplitude universal, mantendo sua condição de físico. Uma mesma prática pode criar o intelectual na visão de Foucault e de Sartre, contudo, a forma de atuação do intelectual deve ser distinta, segundo o pensamento destes filósofos. No pensamento de Foucault, o físico que passou a questionar os efeitos da bomba atômica continua a atuar em seu campo específico das ciências, portanto, se coloca como um intelectual específico. Para Sartre, esse mesmo físico, que transcende seu campo específico e se engaja na luta pelos valores universais, tornou-se um intelectual ao “contestar o conjunto das verdades e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade” (SARTRE, 1994, pp. 14-15). Portanto, para Sartre, necessariamente o intelectual é universalista.

A primeira característica do intelectual específico, de acordo com Foucault (1986), é que este não se propõe a “despertar as consciências”, como fora o papel do intelectual universal (na perspectiva sartreana). Esse não é o papel do intelectual, pois, as massas não necessitam dos intelectuais para saber de sua condição: “(...) elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem” (FOUCAULT, 1986, p. 71). No entanto, se as massas sabem de sua condição, por que não atuam sobre ela para transformá-la como faziam os intelectuais universais que se propunham a “despertar a consciência” das massas para transformar a realidade? Segundo Foucault (1986) a ação das massas é obstaculizada não porque não tenham consciência de sua condição, mas, porque “(...) existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber” (p.71). Esse poder não estaria apenas nas instâncias superiores da censura, mas, em toda a trama da sociedade. Foucault tem uma concepção bastante peculiar de poder ao entendê-lo como uma força imanente ao domínio em que ela é exercida.

Ao tratar desse sistema que obstaculiza a ação das massas, agora consciente de sua condição, Foucault (1986) afirma que os “(...) os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e dos discursos também fazem parte desse sistema” (p.71, grifos do autor). Qual seria então o papel do novo intelectual?

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco a frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1986, p. 71, grifos do autor).

A segunda característica do intelectual específico revela-se na relação estabelecida entre a teoria e a prática. Enquanto a relação entre teoria e prática para o intelectual universal tem um sentido de totalização, para o intelectual específico as “(...) relações entre teoria e prática são muito mais parciais e fragmentárias” (FOUCAULT, 1986, p. 69) e isso se deve a dois fatores:

Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. (...) Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (FOUCAULT, 1986, p. 69).

Nessa esteira, para Foucault (1986), a prática e a teoria estão em constante revezamento, engendrando-se mutuamente. Portanto, se há uma nova relação entre teoria e prática é imprescindível que haja um novo intelectual; se há um novo tipo de intelectual é imprescindível que haja uma nova relação entre teoria e prática. Esse tipo de relação entre teoria e prática foi efetivada por Foucault nas atividades do Grupo de Informação sobre as Prisões (GPI). Por meio desse grupo, Foucault deu voz às pessoas que estavam nas prisões para que estas falassem por si mesmas. Não “aplicou” nenhuma teoria sobre elas e nem formulou uma teoria sobre o sistema prisional. Esse é um exemplo de revezamento entre teoria e prática, conforme afirmou Deleuze referindo-se ao trabalho de Foucault no GPI: “não havia aplicação, nem projeto de reforma, nem de pesquisa no sentido tradicional. Havia uma coisa totalmente diferente: um sistema de revezamentos em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos” (FOUCAULT, 1986, p. 70).

E quais seriam os riscos e perigos que o intelectual específico corre na sociedade contemporânea? Foucault (1986) afirma que o intelectual específico está sujeito ao:

perigo de se limitar a lutas de conjuntura, a reivindicações setoriais. Risco de se deixar manipular por partidos políticos ou por aparelhos sindicais que dirigem estas lutas sociais. Risco principalmente de não poder desenvolver estas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos. Risco de não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados (FOUCAULT, 1986, p. 12).

Foucault (1986) alerta ainda que, cada vez mais, o intelectual específico será chamado a assumir seu papel político, sob o risco de desqualificação caso fique limitado à especificidade de sua pesquisa, de seu saber local. Se o intelectual universal perdeu força pois suas bandeiras de luta foram consideradas muito genéricas num mundo marcado pelas especificações de funções, o intelectual específico também corre o mesmo risco, mas, pelo caminho inverso: por tratar de questões muito pontuais, muito específicas, perde a noção da totalidade.

Para Foucault (1986), o novo intelectual não pode perder de vista que, apesar de possuir uma posição específica, tal especificidade está ligada aos regimes de verdade das sociedades e tais regimes têm funções gerais. Assim sendo, o intelectual particular tem uma tripla especificidade:

A especificidade de sua posição de classe (...); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho (...); a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas. É então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade (FOUCAULT, 1986, p. 13).

Portanto, mais que mudar as consciências, os intelectuais devem atuar para mudar os regimes de verdade vigentes nas sociedades humanas, pois estão profundamente imbuídos, seja no sentido sartreano, gramsciano ou no foucaultiano, da crença

no poder global e geral (...) que dá ao intelectual o papel de ser um interveniente geral e um oponente global [Sartre]; (...) por acreditar nos micropoderes específicos e disseminados em todo o corpo social que (...) o papel do intelectual é estar disseminado em todo corpo social, conduzindo cada vez mais uma luta específica [Foucault] (WOLFF, 2006, p. 63).

3 | OS “INTELECTUAIS IDEÓLOGOS” E OS “INTELECTUAIS EXPERTOS” SEGUNDO NORBERTO BOBBIO

Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea (1997) de Norberto Bobbio (1909-2004) é uma compilação de artigos e de seminários proferidos (e posteriormente publicada em revistas especializadas) ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. Podemos notar nos textos desse livro uma temática comum, a despeito dos contextos históricos diferentes: os problemas relacionados às atividades dos intelectuais, particularmente, às discussões realizadas pela “Sociedade Europeia de Cultura” que “nascera da convicção de que era preciso salvaguardar a unidade espiritual da Europa contra a política dos dois blocos. Unidade da Europa e política da cultura eram problemas estreitamente vinculados” (BOBBIO, 1997, p. 169). A sociedade reuniu intelectuais de vários países e pretendeu constituir-se numa espécie de “terceiro

caminho” entre o comunismo e o capitalismo, entre a política e a cultura, de acordo com Bobbio.

Os textos publicados ao longo de praticamente toda a trajetória intelectual e política de Norberto Bobbio nos permite a observação de como se dá o processo de reflexão e amadurecimento de determinadas ideias bem como a opção e a rejeição de algumas delas por parte do filósofo e cientista político, mesmo que o “fio da meada” permaneça e que Bobbio, em suas teses centrais, continue bastante coerente. É nítida a preferência da noção “homens de cultura” em relação à utilização do conceito de “intelectuais”, muito embora Bobbio, invariavelmente, utilize uma e outra. Não que a opção por “homens de cultura” deixe de ser genérica e menos problemática que o conceito de intelectuais.

Para Bobbio, quando se pensa em intelectuais se faz o que os intelectuais fazem: escrever, refletir e criticar. O autor chama a atenção para os termos pejorativos que constantemente são utilizados para depreciar, ou mesmo rejeitar e negar a existência dos intelectuais na sociedade. Diversos rótulos são empregados ao longo da história dos intelectuais: “falência”, “derrocada”, “eclipse” (Dosse), crepúsculo, desconforto, transformismo, metamorfose, desaparecimento, extinção, fim dos intelectuais” (BOBBIO, 1997, p. 9). No entanto, de acordo com Bobbio, não é possível negar, mesmo nas sociedades e democracias modernas que são sociedades pluralistas e que supõem, portanto, a fragmentação do poder ideológico, que o poder dos intelectuais seja menor e menos importante, uma vez que o meio principal desse poder é, justamente, “a palavra e com ela a imagem”. Mas nem por isso, o poder dos intelectuais tem aumentado, conclui Bobbio.

A grande questão para ele consiste em estabelecer o “nexo” entre poder ideológico e poder político operado pelos intelectuais. Para tanto, Bobbio introduz duas categoriais, não totalmente originais, mas que esclarecem uma de suas ideias centrais: os “intelectuais ideológicos” e os “intelectuais expertos” (os técnicos do saber humano prático, tal como na expressão de Sartre). Trata-se de um meio termo entre uma acepção ampla demais (que compreenderia todo trabalho intelectual em oposição a todo trabalho manual) e uma acepção restrita demais (que consideraria apenas os “grandes intelectuais”).

Para Bobbio, “ideólogos” são os intelectuais que têm o papel de realizar o consenso entre ideias divergentes, aqueles que oferecem guias de ação, “princípios-guia”, “valores”, “ideais” ou mesmo “concepções de mundo”. Têm uma “ética da convicção”. “Expertos” são os intelectuais que “fornecem conhecimentos-meio,” (BOBBIO, 1997, p. 73), ou ainda, conhecimentos técnicos que auxiliam o “príncipe” ou seus inimigos. Bobbio recorrerá, para fundamentar sua distinção, ao conceito de “ação social” de Weber para enfatizar que toda a ação política tem necessidade de “ideias gerais sobre os objetivos a perseguir”, bem como de conhecimentos técnicos que servem à política ordinária. Uma ação social com respeito a valores é típica dos “ideólogos”, e uma ação racional com respeito a um fim, ou objetivo, é típica dos “expertos”. Estes têm uma “ética da responsabilidade”.

Sem negar a responsabilidade dos intelectuais, Bobbio propõe um modelo ideal de conduta aos intelectuais que devem “participar das lutas políticas e sociais do seu tempo”, mas sem deixarem-se alienar e, “ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem.” (BOBBIO, 1997, p. 79) Bobbio enfatiza que a primeira tarefa do intelectual é impedir o monopólio da verdade (BOBBIO, 1997, p. 81).

Bobbio aborda o problema dos intelectuais tanto do ponto de vista descritivo, isto é, “quem são os intelectuais”, quanto fenomenológico (e aqui deixa claro a influência recebida de Husserl), a saber, “quantos são os tipos de intelectuais?” Nessa discussão recorre às tipologias de Geiger, Coser e Aron. Para estudar sociologicamente o problema entre os intelectuais e a classe política, lança mão das teorias clássicas de Julien Benda, Karl Mannheim, Benedetto Croce e Antonio Gramsci. Finalmente, para tratar o problema do ponto de vista prescritivo e optativo (“qual é o meu ideal de intelectual?”), recorre às suas próprias reflexões filosófico-morais. Não esconde seu ideal de intelectual, isto é, o “mediador” “cujo método de ação é o diálogo racional e cuja virtude é a tolerância”, daí sua desconfiança em relação ao engajamento e dos manifestos dos “homens de cultura” que buscam reunir seus pares “para que expressem unilateralmente conselhos e opiniões endereçados a interlocutores que não escutam” (BOBBIO, 1997, p. 16).

Bobbio faz uma avaliação crítica à expressão mais típica do engajamento político dos intelectuais: seus manifestos. Descreve-os em relação à quantidade e, sobretudo, à qualidade, isto é, em relação aos temas, como opressão e guerra, por exemplo. Somente daí se atém ao problema que considera mais interessante: os manifestos dirigidos às autoridades políticas, pois, neles, se expressam a tensão entre política e cultura. Este tipo de manifesto mostra os intelectuais como “guias morais da nação, ou mesmo da humanidade”, já que pressupõe que “aquilo que os intelectuais pensam e dizem tem um valor exemplar, e como tal, diretivo” (BOBBIO, 1997, p. 62).

A crítica de Bobbio aos manifestos dirigidos às autoridades políticas consiste no fato de que os discursos dos “homens de cultura” ali contidos deixam de fora a “comunhão de valores ou a aceitação dos valores alheios” (BOBBIO, 1997, p. 63). Neste ponto, é colocada a questão da antinomia Estado *versus* indivíduo uma vez que o “homem de cultura” se deixa guiar unicamente pela razão e o homem político pela razão de Estado, portanto, em clara distinção e antagonismo. A desconsideração da diferença entre a “ética da convicção” – importa o agir conforme o dever sem maior consideração para com as consequências – adotada pelo intelectual e a “ética da responsabilidade” – toda ação deve ter em conta as consequências, adotada pelo político – resulta na incompreensão dos motivos pelos quais os diálogos entre um (Estado) e outros (indivíduos/intelectuais) se torna tão difícil, e o que é pior: o protesto dos intelectuais resulta em nada, sobretudo se não são acompanhados de “uma ameaça de sanção, como poderia ser, por exemplo, a desobediência civil” (BOBBIO, 1997, p. 64). Afinal,

contra o Estado, que é a encarnação da potência, somente podem ser empregadas duas linguagens: a da pura potência ou a da pura impotência (o profeta desarmado). A única linguagem inadequada é a da potência impotente, ou seja, a do profeta que acredita estar armado e não está (BOBBIO, 1997, p. 64).

No entanto, mesmo ao reconhecer a potência do Estado (democrático ou absoluto), Bobbio prevê uma margem de autonomia ao indivíduo, seja para se rebelar ou para se conformar a determinada situação, como podemos notar na seguinte afirmação: “não existe regime tão absoluto que possa impedir a rebeldia de uma consciência honesta, nem existe regime tão democrático que possa evitar o conformismo dos ânimos servis” (BOBBIO, 1997, p. 28). Do mesmo modo, não é possível desconsiderar as relações – conflitivas – entre intelectuais e a classe política dirigente. Isto, portanto, deve ocupar um lugar significativo em qualquer trabalho que aborde o problema. Bobbio mostra como a relação entre os intelectuais e classe política foi pensada em diversos países como a França, a Espanha, a Alemanha e a Itália e as diferentes proposições as quais chegaram os intelectuais que sobre ela se debruçaram. Assim as sintetiza: para Julien Benda “o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual”, para Mannheim “a tarefa do intelectual é teórica mas também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas”, para Ortega “a tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas” e, finalmente, para Croce “a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise” (BOBBIO, 1997, p. 34). Essa última é a definição defendida por Bobbio.

Sem negar a “responsabilidade” dos intelectuais diante dos embates políticos, sociais e culturais de sua época, e preferindo aquele termo ao “engajamento”, Bobbio enfatiza que o engajamento “jamais conseguiu dar uma resposta” sobre a pergunta: “engajar em qual partido?” Pois, para ele, engajamento “quer dizer pura e simplesmente tomar partido” (BOBBIO, 1997, p. 99). Penso, no entanto, que tomar partido não implica necessariamente em entrar para um partido, mas adotar posições políticas. Parece que Bobbio tem uma visão unilateral de engajamento. Prefere o termo “responsabilidade” uma vez que “é sempre moral e juridicamente, um fato subjetivo e individual, sobretudo para o intelectual”, já que “intelectual e massa são dois termos incompatíveis” (Idem, ibidem). Bobbio quer dizer com isso que o intelectual é o único responsável pelas suas ideias e cujo princípio de trabalho deve ser expresso pela fórmula: “política da cultura”. Não o apolitismo da cultura, mas a cultura com sua política própria, que pressupõe uma dinâmica específica.

O objetivo da “política da cultura”, segundo Bobbio, é tornar possível a realização da síntese política, ou, encontrar um meio termo entre a política ordinária e a cultura. Imbuídos de valores morais é que o homem de cultura poderia se ver livre das paixões

partidárias. Podemos depreender disso que, para Bobbio, a militância político-partidária é um mal se “se torna escravo delas” e que a moral por si só é capaz de blindar o intelectual, o “homem de cultura”. A resolução para a antinomia apontada, portanto, é almejada no campo filosófico, particularmente, no campo ético-moral. Desta forma Bobbio proclama sua solidariedade para com os inocentes e oprimidos do mundo ameaçados pelo progresso técnico-científico que, em determinadas situações, levou o homem à utilização da bomba atômica. Somente a “força moral”, defende Bobbio, é capaz de poder destruir ou salvar a humanidade de uma catástrofe.

A tarefa ou o ofício do intelectual deve ser o exercício da dúvida metódica (aliás, princípio máximo do método cartesiano), a reflexão e o distanciamento crítico (BOBBIO, 1997, p. 106). Desse modo, o intelectual pode contribuir para o advento de outra sociedade em que não tenha mais sentido a distinção entre intelectuais e não intelectuais. Se concordarmos que o advento de uma nova sociedade não resulta da crítica, nem muito menos da mudança de ideias, poderemos considerar as afirmações de Bobbio excessivamente filosóficas. Mas nem por isso o pensamento de Bobbio deixa de ser versátil, inteligente e provocativo, inclusive porque dialoga e traz as contribuições teórico-metodológicas importantes de sociólogos e filósofos para o debate sobre os intelectuais, como temos visto.

Por fim, cito mais um fragmento de texto de Bobbio, por nos convidar a uma necessária reflexão:

A história tende habitualmente a separar o conteúdo de uma doutrina dos seus efeitos, a não referir imediatamente os segundos ao primeiro. (...) Marx é responsável pelo “presente” estado dos países do assim chamado ‘socialismo real’ e pelos delitos (ou degenerações) de Stálin? Nietzsche é responsável pelo nazismo, pelas loucuras criminosas de Hitler? São questões que o historiador hesita em dar uma resposta segura (BOBBIO, 1997, p. 97, grifos meus).

4 | CONCLUSÃO

Muito embora professem “visões sociais de mundo” diferentes, Michel Foucault e Norberto Bobbio pensam que os intelectuais têm importante papel e função nas sociedades em que atuam. Os intelectuais, sejam os “universais” e os “específicos” ou os “ideólogos” e “expertos”, como vimos, podem contribuir para a manutenção da ordem social vigente, capitalista e burguesa. Ou não. Os intelectuais também podem lutar para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre, fraterna e igualitária – democrática – querida por todos nós.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NOVAES, Adauto (org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

WOLFF, Francis. *Dilemas dos intelectuais*. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arnaldo de Vilanova 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

B

Brasil Império 1

C

Camboja 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

Casamento gay 93

Cooperativização 56, 57, 62, 63, 64

Cultura escolar 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115

Cultura política 1

D

Direitos 38, 70, 74, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 121, 127, 134, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 213, 218, 245, 247, 248, 249, 252, 257

Doutrina reformista 46, 47, 51, 54, 55

E

Educação 25, 26, 28, 29, 37, 39, 40, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 81, 91, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 140, 145, 148, 151, 152, 154, 155, 157, 162, 163, 189, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 245, 247, 252, 256, 257, 259

Ensino integrado 67

Extensão 40, 60, 67, 83, 95, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 197, 212, 213, 222

G

Garantias fundamentais 93, 95, 102

H

História 4, 10, 19, 25, 26, 27, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 121, 125, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 199, 200, 201, 202, 207, 210, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 253, 259

História da arte 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91

História indígena 134

Historiografia 60, 67, 68, 104, 107, 108, 115, 155, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 186, 226

Homossexuais 93, 94, 95, 97, 98, 100, 103

I

Identidade 17, 22, 71, 77, 93, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 112, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 221, 236, 237, 240, 242, 243, 249

Igreja 17, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 103, 121, 183, 184, 187

Indissociabilidade entre ensino 104, 105, 107

K

Khmer vermelho 56, 57, 58, 62, 64, 65

L

Legislação 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 126, 131, 163, 191, 193, 195, 196, 215, 216, 250

Liberdade sexual 93, 102

M

Memória 17, 20, 42, 44, 55, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 134, 135, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 200, 222, 226, 233, 234, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 257

P

Partido Comunista do Kampuchea 56, 57, 58, 63

Pensamento mítico 80, 84, 85

Pernambuco 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 34, 39, 41, 119, 120, 133, 134, 135, 137, 140, 145

Pesquisa 26, 27, 43, 45, 47, 67, 69, 74, 75, 77, 78, 80, 86, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 125, 130, 140, 147, 149, 164, 177, 190, 202, 204, 205, 206, 212, 222, 226, 227, 229, 232, 233, 235, 247, 248

Política 1, 6, 13, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 94, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 142, 145, 151, 152, 166, 169, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 238, 241, 249, 250, 251, 252, 257

Pol Pot 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Povo Pankará 134, 145

Práticas educativas 104, 107

R

Racionalismo 80, 84, 89

Regência 1, 6, 7, 212

Resistência 9, 35, 67, 68, 69, 73, 120, 122, 123, 131, 134, 135, 139, 145, 169, 191, 234, 243, 244, 251, 255, 256, 257

S

Sociedade 6, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 82, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 107, 109, 111, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173, 187, 191, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 235, 240, 244, 249, 252, 255

Super Facto Adventus Antechristi 46

U

União estável 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101

V

Vênus de Willendorf 80, 85, 86, 87, 88

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022